

Batalha Moral

De um lado, o Senado contra a parede já se dispõe a examinar sem ânimo corporativo a situação do seu próprio presidente Jader Barbalho, posto sob suspeitas acumuladas no passado. De outro, o escândalo da utilização irregular da verba criada para deputados manterem escritórios eleitorais em seus estados. Contra esse pano de fundo, o presidente da Câmara confirma a intenção de avançar no caminho da recuperação moral da atividade parlamentar, como contribuição para elevar o conceito da política. O deputado Aécio Neves não esmorece na disposição de levar ao plenário o conjunto de medidas moralizadoras da suspeita imagem do Congresso.

Os sinais de resistência nas lideranças partidárias não intimidam, porém, o presidente da Câmara que desistiu de procurar "consenso absoluto. Quem tiver maioria vence." Ou seja, Aécio Neves aposta no lado decente da política e parece convencido de que as boas causas se impõem e a banda podre tende a recolher-se para não ficar exposta à ira cívica. A transparência como hábito político está assustando os que se fizeram com métodos inaceitáveis.

A operação de reconciliar a Câmara com o padrão ético de comportamento terá, portanto, de confrontar interesses organizados na sombra, à margem da moralidade e longe da transparência. Aécio Neves fez da ética o denominador comum das iniciativas com que pretende marcar seu período na presidência da Câmara, a

começar da extinção da imunidade parlamentar para crimes comuns. Deputados não mais estariam acima da lei perante a qual todos os cidadãos são iguais. As autoridades também não teriam seu sigilo bancário blindado por privilégio político contra os efeitos da lei. Imunidade é exclusiva para voto e opinião de deputado ou senador.

A resistência já se esboça com clareza, mas o presidente da Câmara anuncia que irá às últimas – isto é, ao plenário – contra os que perderam o pudor e renegam o saneamento moral. Não há, porém, outra forma de disputar com os espíritos da sombra que operam no porão da vida pública. Só a transparência poderá enxotá-los de cena. A votação em plenário, por voto aberto, com as galerias apinhadas de cidadãos, os exporá à visão crítica da sociedade.

Aécio Neves confirma a decisão de levar à discussão em plenário o Código de Ética e Decoro da Câmara. Depois que o próprio líder do PTB, deputado Roberto Jefferson, declarou que a preocupação moralizadora é oportunismo político, o presidente da Câmara terá de acelerar o teste moral: a representação política não merece ser julgada pelos conceitos e atitudes de alguns que consideram o mandato uma espécie de capa de duas faces – para uso de conveniência. Sem transparência não há vida pública, mas ocultação de interesse e contrabando moral. O Brasil precisa mudar e o brasileiro quer começar pela política.